fiscal cessa pela forma e no prazo indicado no § 4.º do artigo 41.º para os membros da direcção.

Art. 58.º O conselho fiscal será solidario com a direcção em todos os actos irregulares que ella pratique, quando não decline a sua responsabilidade perante a mesa da assembleia geral, vinte e quatro horas depois de ter d'elles conhecimento.

Art. 59.º Das reuniões do conselho fiscal se lavrarão actas, que serão escrituradas em livro expressamente destinado para esse fim, e assinadas pelos membros do conselho, e no impedimento de algum d'elles pelo supplente que o substituir.

Art. 60.º Compete ao presidente do conselho fiscal:
1.º Convocar as reuniões e dirigir os seus trabalhos.
2.º Representar o conselho em todos os actos da sua existencia legal.

Art. 61.º Compete ao secretario:
1.º Redigir as actas das sessões.
2.º Prover a todo o expediente do conselho.
3.º Redigir as consultas e o parecer a que se refere o n.º 5.º do artigo 55.º

CAPITULO XII

Eleições

Art. 62.º As eleições para os cargos da associação serão feitas por escrutinio secreto pela forma seguinte:

1.º Para os cargos da mesa em uma lista de seis nomes, designando em cada um o respectivo cargo.
2.º Para a direcção, uma lista de oito nomes, designando os membros effectivos e supplentes.
3.º Para o conselho fiscal, uma lista de seis nomes, designando os effectivos e supplentes.

Art. 63.º Para a eleição de qualquer cargo exige-se maioria absoluta no primeiro escrutinio, relativa no segundo, e em caso de empate decidirá a sorte.

Art. 64.º Os corpos gerentes da associação serão todos os annos, em parte renovados, podendo ser reeleita a minoria.

§ unico. O serviço obrigatorio é um anno, não tendo desempenhado cargo no anterior, e os socios que servirem dois annos seguidos não poderão exercer qualquer cargo, sem que tenham sido decorridos dois annos.

Art. 65.º A mesa da assembleia geral que presidir á eleição officiará aos socios, participando-lhes os cargos para que foram eleitos, e servindo esse officio de titulo legal para o exercicio do mesmo cargo.

Art. 66.º Os socios eleitos para os diferentes cargos deverão tomar posse d'elles no prazo de oito dias.

CAPITULO XIII

Dissolução e liquidação

Art. 67.º A dissolução só terá logar:

1.º Quando a associação tendo existido por mais de seis meses com um numero de socios inferior ao determinado no artigo 3.º do decreto de 2 de outubro de 1896, qualquer dos socios requiera a dissolução ao tribunal arbitral respectivo, apresentando, neste caso, prova em como a associação não tem receita sufficiente para occorrer pontualmente a todos os seus encargos.

2.º Quando for retirada pelo Governo a approvação dos estatutos, por virtude das disposições do artigo 33.º e seu paragrapho do decreto de 2 de outubro de 1896.

§ 1.º A dissolução e liquidação só poderá ser determinada pela assembleia geral, que para esse fim e consequente nomeação de liquidatarios será convocada especialmente e pela seguinte forma:

a) Será annunciada esta reunião nos jornaes mais lidos de Lisboa, por espaço de oito dias, fazendo-se tambem avisos especiaes aos socios e exigindo-se a comparencia de metade dos socios.

b) Quando a reunião se não effectue por falta de numero, será a assembleia geral novamente convocada por meio de annuncios.

c) Se ainda assim se não reunir ao menos a terça parte dos socios existentes, numero com que poderão deliberar, será a nomeação dos liquidatarios feita pelo tribunal arbitral.

§ 2.º O intervallo de uma convocação á immediata não será inferior a quinze dias nem superior a vinte.

§ 3.º Para a liquidação dos bens da associação, proceder-se-ha como dispõem os artigos 25.º, 26.º e 27.º da lei de 2 de outubro de 1896.

CAPITULO XIV

Disposições geraes

Art. 68.º No caso de epidemia na area da cidade de Lisboa, a assembleia geral, ouvido o parecer do conselho fiscal, e sob proposta da direcção, adoptará providencias extraordinarias, solicitando do Governo o auxilio pecuniario que for julgado indispensavel.

Art. 69.º As alterações de qualquer artigo d'estes estatutos ficam dependentes de nova approvação regia para terem execução.

Art. 70.º É expressamente prohibido á associação tratar de assuntos religiosos ou politicos.

Art. 71.º Os socios que se ausentarem temporariamente para fora do continente, não perderão a sua qualidade de socios se continuarem a contribuir com as quotas respectivas, porem, só depois de regressarem é que terão direito a ser soccorridos.

Art. 72.º O socio que for chamado ao serviço militar fica, por esse facto, suspenso dos seus direitos e deveres; findo o serviço activo terá que sujeitar-se a nova inspecção medica.

Art. 73.º Estes estatutos constituem a lei fundamental da associação e derogam os approvados por alvará de 12 de julho de 1894.

§ unico. Nos casos omissos e de interpretação duvidosa regulam as disposições consignadas no decreto com força de lei de 2 de outubro de 1896.

Art. 74.º Quaesquer regulamentos internos que de futuro se façam, tendo por base as disposições dos presentes estatutos, servir-lhes-hão de complemento, produzindo, depois de approvados pela assembleia geral, todos os effectos como sendo lei da associação.

Repartição do Trabalho Industrial

Para conhecimento das repartições, tribunaes, das autoridades a quem pertencer e das partes interessadas se declara, para os devidos effectos, que foram considerados aptos para concorrer aos exames de aferidores de pesos e medidas os individuos abaixo mencionados:

Nomes	Concelhos	Distrito
José de Assis Amado . . .	Villa Nova de Portimão	Faro.
José Martinho Ferreira . . .	Coruche	Santarem.
Manuel Rodrigues Moço . . .	Lourinhã	Lisboa.
Antonio Simões Bispo	Coimbra	Coimbra.
Euclides da Fonseca	Santarem	Santarem.
Thomé da Graça Ramos . . .	Lisboa	Lisboa.

Faltam os seguintes documentos:

A Euclides da Fonseca: resalva militar e attestado de comportamento moral e civil.

A José de Assis Amado: idem.

A José Martinho Ferreira: resalva militar.

Repartição do Trabalho Industrial, 4 de janeiro de 1910.—O Engenheiro Chefe da Repartição, *José Maria de Oliveira Simões*.

Direcção Geral da Agricultura

Attendendo á proposta do director geral da agricultura para serem pagos extraordinariamente os trabalhos de organização do *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, feitos fora das horas do expediente pelos funcionarios da 2.ª Repartição da mesma Direcção Geral, encarregados d'este serviço: hei por bem autorizar a despesa de 495\$000 réis, para remuneração dos alludidos trabalhos nos meses de outubro a junho proximo futuro, pagos pela respectiva verba inscrita no capitulo 4.º, artigo 64.º, secção 7.ª, da tabella da distribuição de despesa em vigor para o Ministerio do Fomento, devendo essas remunerações ser distribuidas pela forma indicada na referida proposta.

Paços do Governo da Republica, 31 de dezembro de 1910.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Proposta a que se refere o presente decreto

Ministerio do Fomento — Direcção Geral da Agricultura. — Ex.º Sr. — Os trabalhos de organização, revisão de provas, etc., do *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, de que são encarregados alguns funcionarios da Repartição dos Serviços de Instrução Agricola, tem de ser feitos fora das horas do expediente, porque a natureza d'esses serviços não permite que se façam na Repartição durante as horas regulamentares.

Aos referidos funcionarios tem sido annualmente abonadas remunerações extraordinarias, para o que existe uma verba especial inscrita na tabella de distribuição da despesa d'este Ministerio.

Tendo por decreto de 7 de novembro corrente sido autorizada a despesa de 165\$000 réis para pagamento d'estes trabalhos nos meses de julho a setembro, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que sejam abonadas aos funcionarios abaixo designados, as seguintes remunerações mensaes, nos meses que decorrem de outubro a junho proximo futuro, que serão pagas pela secção 7.ª do artigo 64.º, capitulo 4.º da tabella em vigor:

Artur Ernesto da Silva Leitão, 12\$000 réis.
Joaquim José de Azevedo, 30\$000 réis.
Francisco de Paula da Silva e Souto, 13\$000 réis.
V. Ex.ª, porem, resolverá,
Direcção Geral da Agricultura, em 30 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *Joaquim Pedro de Assumpção Rasteiro*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Tendo-me sido presente a proposta do Director Geral dos Correios e Telegraphos relativa á remuneração por trabalhos extraordinarios desempenhados na 1.ª Divisão da 1.ª Repartição da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos pelo primeiro aspirante Augusto Cesar Henriques: hei por bem autorizar a despesa de 96\$000 réis para retribuição dos referidos trabalhos durante o actual anno economico pelo capitulo 8.º, artigo 97.º, da competente tabella da distribuição da despesa.

Paços do Governo da Republica, 3 de janeiro de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Ministerio do Fomento — Direcção Geral dos Correios e Telegraphos.— Está ha muito tempo encarregado de colligir e organizar os necessarios subsidios para a publicação regular do *Boletim telegrapho-postal* o primeiro aspirante Augusto Cesar Henriques que serve na 1.ª Repartição.

Não podem os trabalhos inherentes á tarefa que lhe foi confiada ser effectuados simultaneamente com os que lhe compete desempenhar nas horas normaes do expediente e assim tenho a honra de propor superiormente que, a exemplo do que se fez no anno economico anterior, seja abonada ao referido aspirante, desde julho proximo passado a junho do corrente anno, a remuneração mensal de 8\$000 réis, correspondente a dez dias de serviço extraordinario a 800 réis, ou seja a importancia de 96\$000 réis durante o actual exercicio, pagos pelo artigo 97.º da tabella da distribuição da despesa.

Em 28 de dezembro de 1910.—O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Conformo-me.—3-1-911.—*Brito Camacho*.

2.ª Divisão

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que, em conformidade com o que dispõe a alinea h) do artigo 1.º da carta de lei de 27 de outubro de 1909, os funcionarios dos quadros telegrapho-postaes e dos correios, constantes da relação junta, que faz parte integrante da presente portaria, passem a perceber os vencimentos que nesses termos lhes compete e lhes vão designados, bem como a data desde a qual tem direito a essa melhoria.

Paços do Governo da Republica, 31 de dezembro de 1910.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Para o Director Geral dos Correios e Telegraphos.

Relação dos funcionarios dos quadros telegrapho-postaes e dos correios que tem direito aos vencimentos que lhes vão designados, em harmonia com o disposto na alinea h) do artigo 1.º da carta de lei de 27 de outubro de 1909.

Quadro telegrapho-postal

Segundo aspirante com direito ao vencimento annual de 300\$000 réis, a contar de 14 do corrente mês, por ter mais de cinco annos de serviço na classe:
Inacio Rodrigues Valle.

Boletineiro effectivo que tem direito ao vencimento de 700 réis diarios, a contar de 1 de julho ultimo:
José Maria Carneiro.

Quadro dos correios

Carteiros effectivos com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 1 de julho ultimo:

- Antonio Antunes Repelho.*
- Carlos Fernandes.*
- Francisco Luis Forte.*
- Francisco Moreno.*
- João Justino Camacho.*
- José Cardoso Lucio.*
- José Ferreira.*
- José da Graça.*
- José João Nazareth.*
- Manuel Dias Martins Junior.*
- Miguel Augusto de Almeida.*

Carteiro effectivo com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 11 de julho ultimo:
José Marques Simões.

Carteiro effectivo com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 13 de agosto ultimo:
José da Silva Cintrão.

Carteiro effectivo com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 2 de setembro ultimo:
José Paulo da Cruz.

Carteiro effectivo com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 6 do corrente mês:
Francisco Maria Viotti.

Carteiro effectivo com direito ao vencimento de 800 réis diarios, a contar de 26 do corrente mês:
José Gonçalves.
Joaquim de Moura Trinta.

Distribuidores jornaleiros com direito ao vencimento de 400 réis diarios, a contar de 1 de julho ultimo:
Antonio Ribeiro.
José Felix da Cruz.

Distribuidor jornaleiro com direito ao vencimento de 400 réis diarios, a contar de 13 de novembro ultimo:
Joaquim José Fouto.

Paços do Governo da Republica, 31 de dezembro de 1910.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE REGUENGOS

Edital

Joaquim Guerreiro da Cunha, bacharel formado em direito e administrador do concelho de Reguengos.

Faz-se publico que a esta administração baixaram os accordãos da commissão districtal, proferidos nas contas da junta de parochia da freguesia de S. Pedro do Corval, relativas aos annos de 1904 e 1905 a 1907, pelas quaes são responsaveis padre Antonio da Rosa Marques, Antonio Miguel Fialho Reto, Jacinto Fernandes Palma, Antonio Joaquim Tapum e Joaquim Antonio Tapum; padre Antonio Pereira de Carvalho, padre Joaquim Luis Margalho Barradas, Jacinto Fernandes Palma, Antonio Miguel Fialho Reto, Antonio Joaquim Tapum e José Antonio Fialho.